



**e-cadernos CES**

15 | 2012

**Debates contemporâneos: Jovens cientistas sociais  
no CES**

---

## Introdução

Miguel Cardina e Susana Costa

---



### **Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/eces/953>

DOI: 10.4000/eces.953

ISSN: 1647-0737

### **Editora**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

### **Refêrencia eletrónica**

Miguel Cardina e Susana Costa, « Introdução », *e-cadernos CES* [Online], 15 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2011, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/eces/953> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/eces.953>

---



# Introdução

O Centro de Estudos Sociais (CES) tem tido como uma das suas principais orientações a promoção do diálogo com a investigação produzida por outras instituições, realçando a importância da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Simultaneamente, tem procurado dinamizar espaços de debate e de reflexão crítica abertos ao exterior e atentos ao que de mais inovador se vai realizando no campo das ciências sociais e das humanidades.

O Ciclo Anual de Jovens Cientistas Sociais é uma das atividades promovidas pelo Centro e que se tem vindo a realizar ininterruptamente desde 2005. Em cada ciclo, um/a investigador/a jovem, exterior ao CES e de reconhecido mérito, apresenta o seu trabalho, cuja discussão se inicia com comentários programados a cargo de dois/duas investigadores/as do CES de perfil diferenciado. A iniciativa constitui-se não só como um espaço de afirmação de jovens investigadores/as mas responde igualmente à tarefa de estimular a coerência analítica através do pluralismo metodológico e do diálogo e aproveitamento de saberes inovadores.

Os ciclos têm assim trazido a Coimbra e ao CES jovens investigadores/as de outras escolas com trabalho relevante em diferentes áreas: Sociologia, Antropologia, História, Economia, Estudos Literários, Estudos Culturais, Filosofia, Ciências da Educação, Ciência Política, Direito, Estudos Africanos e Relações Internacionais. Importa notar que a escolha dos participantes tem privilegiado, para além da excelência do trabalho desenvolvido, a capacidade de proceder ao cruzamento profícuo de fronteiras disciplinares, temáticas e metodológicas. Diversidade, excelência e transdisciplinaridade são pois atributos dos seminários apresentados no âmbito das várias edições do Ciclo de Jovens Cientistas Sociais. A leitura deste número do *e-cadernos ces* comprova-o.

A edição que o/a leitor/a tem agora em mãos reúne contributos efetuados no âmbito do VI e VII Ciclos de Jovens Cientistas Sociais, que ocorreram, respetivamente, nos anos letivos de 2010/2011 e 2011/2012. Não obstante os textos

apresentarem entre si uma substancial diversidade temática, podem ser encontrados alguns traços agregadores. A realização de apurados exercícios genealógicos (João Manuel de Oliveira e Frederico Ágoas); os esforços concentrados na densificação de um determinado conceito (João Manuel de Oliveira e Luís Meneses do Vale); a reflexão articulada entre território e economia (Alexandre Abreu e Gabrielle Cifelli); a perspetivação do presente a partir de uma ancoragem analítica no passado (Frederico Ágoas e Cláudia Bettini); o enfoque na temática genérica da saúde, quer numa perspetiva devedora das Relações Internacionais (João Nunes), quer através de uma abordagem jurídico-normativa (Luís Meneses do Vale).

No artigo que abre este volume, Alexandre Abreu examina a relação entre os fluxos migratórios e os processos de desenvolvimento. O artigo toma como objeto a Guiné-Bissau, analisando com particular minúcia o caso de duas aldeias rurais. Procura-se aqui aferir até que ponto a mercadorização e a diferenciação de classes são estimuladas por fluxos migratórios ou por consequentes fluxos de remessas. O autor conclui que estas últimas servem sobretudo estratégias de sobrevivência e têm impacto no incremento do bem-estar mas resultam pouco significativas enquanto estímulo ao desenvolvimento, entendido como um conjunto de “processos de recomposição socioeconómica, geograficamente diferenciada, induzidos pela expansão e aprofundamento do modo de produção capitalista”.

João Manuel de Oliveira efetua um exercício de indagação da(s) teoria(s) do género. Não obstante a sua relação frequentemente proclamada com o campo dos feminismos, Oliveira situa o conceito para lá dessas matrizes intelectuais. Desenvolve assim um exercício simultaneamente genealógico e cartográfico que realça as diversas modalidades e os diferentes discursos que sustenta(ra)m o género enquanto conceito nas ciências sociais. Recorrendo à leitura do género como máscara, desenvolvida no final da década de 1920 pela psicanalista Joan Rivière, à ideia do género como identidade psicológica de John Money e à ideia do género como relação social (problematizando em torno das obras de Margaret Mead ou Simone de Beauvoir), João Manuel de Oliveira define-o, na senda de Deleuze ou Guattari, como um “conceito rizomático” que permite “múltiplas formas” e “inúmeras invocações”.

Frederico Ágoas, por seu turno, desenvolve uma análise da constituição da sociologia em Portugal que, recusando algumas leituras ainda em voga, matiza a noção de que o desenvolvimento da disciplina foi marcadamente tardio relativamente a outros contextos nacionais. O autor resgata o papel desempenhado por uma sociologia rural desenvolvida no seio do Estado Novo – e também por isso não isenta de contradições e limitações – na afirmação da disciplina. Este exercício

genealógico permite-lhe, para além da identificação de um lastro alternativo à narrativa dominante sobre o surgimento da sociologia em Portugal, salientar a importância do Estado no surgimento e na institucionalização desse específico domínio científico-social.

No quadro de uma reflexão jurídico-normativa, Luís Meneses do Vale problematiza a noção de acesso, desvelando a complexidade, ambiguidade e polissemia do conceito. O autor densifica a noção integrando-a nos feixes reflexivos provenientes do campo da teoria da justiça e do Direito, desenvolvendo de seguida uma leitura da ideia de “acesso aos bens sociais”, detendo o olhar na jurisprudência do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU enquanto lugar de indagação do acesso aos cuidados de saúde e expressão de um direito humano fundamental.

Clelia Bettini estuda a representação do Turco na literatura portuguesa quinhentista, partindo de um texto impresso da época. A autora mostra como a sua interpretação ganha ao convocar não apenas instrumentos típicos da filologia, mas também contribuições provenientes dos estudos culturais, da antropologia e das literaturas comparadas. Num tempo de estrangulamento financeiro (e simbólico) da universidade e dos centros de investigação e de crescente precarização de quem produz saber, este artigo lança-se também numa estimulante reflexão sobre o significado de fazer ciência hoje. Temos assim, nessas páginas, uma (meta-)reflexão não apenas sobre as relações entre Portugal e a Turquia no século XVI mas também – porque todo o escopo historiográfico é feito a partir do presente – uma leitura crítica de noções como alteridade, cultura ou civilização.

Intitulado “Imagem, representação e dinâmica territorial do turismo em Ouro Preto e no Pelourinho – Salvador”, o artigo de Gabrielle Cifelli aborda as estratégias de patrimonialização acionadas em zonas urbanas no quadro da crescente competição global das cidades. Cifelli analisa os processos de mercantilização patrimonial e de apropriação turística de Ouro Preto e do centro histórico de Salvador, intensificados com a sua consagração como Património da Humanidade pela UNESCO. Evidencia-se assim como estes processos, seletivos e resultantes da imbricação crescente entre cultura e mercado, redesenham territórios e redefinem os imaginários urbanos em causa.

Por fim, João Nunes explora a relação entre saúde, segurança e política, no âmbito de um quadro disciplinar devedor das Relações Internacionais que realça o estudo da saúde enquanto fenómeno da política internacional. Deste modo, o artigo explora o modo como as categorias “saúde” e “doença” se conectam com pressupostos políticos que, em última análise, as instituem enquanto tal e lhe

definem um campo de problemáticas e sentidos. Ao mesmo tempo, analisa-se a crescente importância do nexo saúde-segurança no discurso e na prática política, refletindo sobre duas tendências contemporâneas crescentes: a securitização da saúde e a medicalização da segurança.

Os organizadores deste número gostariam de agradecer a Laura Centemeri, coordenadora do VI Ciclo de Jovens Cientistas Sociais, não só pela condução e programação desse ciclo, mas também pelo apoio dado à elaboração deste número. Gostariam ainda de expressar o seu vivo reconhecimento aos investigadores e às investigadoras que, com os seus comentários, souberam tornar as sessões em momentos ricos de debate e de partilha de experiências, bem como àquelas e àqueles que aceitaram colaborar num processo rigoroso de revisão aos artigos aqui publicados.

Miguel Cardina  
Susana Costa